

senado



Arquivo

Ação popular pode anular a nomeação de 1.544 funcionários, efetivada por Moacyr Dalla

O PMDB vai combater a corrupção no Congresso

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Diversos senadores e deputados do PMDB, entre eles Pedro Simon, futuro líder do governo no Senado, Fernando Lyra, apontado como futuro ministro ou líder do governo na Câmara, Fernando Santana, Francisco Pinto, Cristina Tavares e outros, estão dispostos a preparar uma das mais vigorosas vassouradas na corrupção verificada no Poder Legislativo. Eles partem do princípio de que o Executivo, com a posse de Tancredo Neves, cuidará de corrigir as enormes distorções do aparelho burocrático estatal, acabando com as mordomias, com os favores e as vantagens ilícitas recebidas por ministros e funcionários dos mais diversos escalões do serviço público federal. A contrapartida não poderá deixar de ser tentada, precisando o Congresso, também, dar o exemplo. A idéia que começa a tomar corpo é a de se preparar amplo relatório sobre os excessos do funcionalismo do Legislativo. Começando pelo levantamento do incrível número de funcionários lá existente, de suas funções reais e, numa primeira etapa, pela obrigação de cada um deles cumprir horário mínimo de 8 horas de trabalho. Isso poderia ser empreendido já em março, com a instalação dos tra-

balhos, sob a direção das novas mesas diretoras.

Não haveria espaço, mesmo nos milhares de metros quadrados ocupados pela Câmara e pelo Senado, para que todos se mantivessem sentados, nos gabinetes ou salas de trabalho, mas o problema seria deles. Que ficassem em pé, mas vigiados e impossibilitados de desaparecer ou de exercer outras funções, no período em que estivessem à disposição do Congresso, como seus funcionários. Um número razoável talvez existisse, mas essa primeira medida seria apenas paliativa.

O grande golpe na corrupção do Parlamento viria com a Constituição, em 1987. Consagra o direito que as constituintes detêm todo o poder. Podem alterar tudo. Seria a hora, então, de ser inserido nas disposições transitórias da nova carta um artigo autorizando ou até obrigando as mesas da Câmara e do Senado a diversas iniciativas, começando pela dispensa, com as indenizações devidas, de todos os funcionários supérfluos do Legislativo, estatutários ou não. De irmãos que não trabalham, de filhos que passeiam, de mulheres de parlamentares que jamais frequentaram os gabinetes dos maridos, apesar de receberem, todos, polpidos salários. Como, também, a hora de obrigar jornalistas-funcionários a

optar por uma de duas funções: nos jornais ou no Congresso.

Fala-se em outra proposta: a de não serem mais pagas as diárias correspondentes às sessões da Câmara, do Senado ou do Congresso à totalidade do seu funcionalismo. Só os contínuos e a segurança do plenário, bem como o pessoal da taquigrafia, seriam beneficiados por essa vantagem, hoje estendida aos quase 20 mil funcionários do Legislativo.

Outra proposta seria determinar que se levasse a sério, no Congresso, o preceito legal de que ninguém pode ganhar além do que ganha o presidente da República. Hoje, centenas de funcionários percebem muito mais do que o chefe do governo, a títulos variados. A Constituição mandaria recolher ao Tesouro Nacional tudo o que ultrapassasse os limites dos vencimentos presidenciais.

Várias medidas estão em exame, e, apesar da impopularidade interna que gerariam para seus autores, parecem a única forma de o Legislativo recuperar a sua credibilidade perante a opinião pública. De conseguir igualar-se ao que se pretende tornar o Executivo, até mesmo incentivando o Judiciário a que faça o mesmo. Se a hora é de mudanças, importa começar mudando dentro de casa.

Carlos Chagas